

PROGRAMA “AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ECONOMIA DE BAIXO CARBONO”

Small Grants Scheme # 2 – Projetos para o Desenvolvimento de Standards no Setor da Construção que Promovam a Economia Circular

Dotação total disponível: 1.000.000€

Montante mínimo de financiamento de cada projeto: 20.000€

Montante máximo de financiamento de cada projeto: 50.000€

Enquadramento legal:

Auxílio “de minimis” nos termos do estabelecido no Regulamento (EU) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, retificado pela Retificação do Regulamento (EU) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios “de minimis”.

Com efeito, verificam-se as seguintes condições:

- O apoio é concedido pelo Estado ou é proveniente de recursos estatais;
- A intervenção é suscetível de afetar as trocas comerciais entre os EM (incide sobre bens ou serviços transacionáveis);
- A intervenção confere uma vantagem ao beneficiário (o apoio a conceder configura uma vantagem económica para quem recebe o auxílio estatal face aos demais concorrentes, ou seja, não poderia ser obtida no mercado);
- Foi atribuída numa base seletiva (ou seja é um ato discricionário ao contrário das medidas gerais);
- A concorrência foi ou é suscetível de ser falseada, o que pressupõe que existe um mercado a funcionar em regime concorrencial.

Visa-se com o presente aviso:

Áreas prioritárias

Desenvolvimento de standards para o setor da construção que promovam a circularidade dos materiais e processos.

Nomeadamente:

- Emissão de passaportes do materiais;
- Etiquetagem de eficiência dos materiais;
- Declarações ambientais de produtos ou materiais já desenvolvidos com vista ao aumento da procura de mercado;
- Plataformas de cálculo de benefícios económicos e ambientais associados ao processo de desconstrução seletiva e de reutilização.
- Desenvolvimento de guias, metodologias, melhores práticas e standards na ótica da Economia Circular e na abordagem centrada no ciclo de vida no setor da construção incluindo os Resíduos de Construção e Demolição (RCDs)

No caso em análise, o apoio é proveniente de recursos estatais; a intervenção incide sobre bens ou serviços transacionáveis; o apoio a conceder configura uma vantagem económica para quem recebe o auxílio estatal face aos demais concorrentes, ou seja, não poderia ser obtida no mercado; foi atribuída numa base seletiva; a concorrência é suscetível de ser falseada, no âmbito de um mercado a funcionar em regime concorrencial.

No entanto, o financiamento em causa constitui uma ajuda de reduzido valor concedida, não sendo por essa razão suscetível de afetar de forma significativa o comércio e a concorrência entre Estados-Membros, recaindo no limiar dos auxílios “de minimis”.

De referir que ao abrigo do Regulamento n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, retificado pela Retificação do Regulamento (EU) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 201, uma empresa não pode receber mais do que 200 000 € durante um período de três exercícios financeiros (o exercício financeiro em causa e os dois exercícios financeiros anteriores) é necessário que através do registo central seja feita a avaliação do limite de acumulação de ajudas, considerando o montante total do auxílio “de minimis” concedido à empresa, durante um período de três exercícios financeiros, isto é tendo em consideração os auxílios “de minimis” atribuídos ao NIF da empresa a quem se pretende atribuir uma nova ajuda.

Controlo de auxílios “de minimis”

Em consequência, deverá ser feito um controlo de acumulação de ajudas atribuídas ao abrigo da regra “de minimis”, da responsabilidade da entidade que concede a ajuda, através da inscrição num registo central de todos estes apoios.

É à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., tal como estabelecido no Decreto-Lei n.º 140/2013, de 18 de outubro, que procede à sua criação, definir e manter atualizado o registo central auxílios “de minimis” e exercer o controlo da acumulação de apoios financeiros e fiscais concedidos nesse âmbito.

Para tal há que proceder à acreditação do regime de auxílios e da entidade responsável pela concessão/comunicação dos apoios;